

O CD deliberou aprovar.

Ao CD, para aprovação.  
2024.12.11  
A Vogal do CD

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DETEÇÃO DE  
INTRUSÃO E ALARME PARA IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO  
IMOBILIÁRIO DO IGFSS**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N. º 2124000100**

## ÍNDICE

ARTIGO 1.º – OBJETO .....	1
ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE .....	1
ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE .....	1
ARTIGO 4.º – CONCORRENTES .....	1
ARTIGO 5.º - PLATAFORMA ELETRÓNICA .....	1
ARTIGO 6.º – PREÇO BASE .....	1
ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	2
ARTIGO 8.º - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS.....	2
ARTIGO 9.º - DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA .....	3
ARTIGO 10.º - PROPOSTAS VARIANTES .....	3
ARTIGO 11.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	4
ARTIGO 12.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS .....	4
ARTIGO 13.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA .....	4
ARTIGO 14.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO .....	4
ARTIGO 15.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
ARTIGO 16.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO.....	5
ARTIGO 17.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	5

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

### **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2124000100**

#### **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO E ALARME PARA IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO IGFSS**

##### **ARTIGO 1.º – OBJETO**

1. O presente concurso tem por objeto a locação de equipamentos de deteção de intrusão e alarme para imóveis do património imobiliário do IGFSS, cuja caraterísticas, especificações e requisitos técnicos constam nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos – Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente contratação tem a seguinte classificação: 31625300-6 - sistemas de alarme contra roubo.

##### **ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE**

A entidade pública contratante é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., adiante designado IGFSS, com sede na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, 1049-002 Lisboa, com os números de telefone 21 843 33 00, de fax 21 843 37 12 e correio eletrónico [igfss-dga-dai@seg-social.pt](mailto:igfss-dga-dai@seg-social.pt).

##### **ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE**

O presente procedimento foi aberto na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IGFSS, no uso de competência delegada, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15/01, na sua atual redação, e com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

##### **ARTIGO 4.º – CONCORRENTES**

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em face da especificidade das operações, os concorrentes deverão estar sediados em território nacional ou, pelo menos, possuírem neste uma sucursal.

##### **ARTIGO 5.º - PLATAFORMA ELETRÓNICA**

Todo o procedimento relativo ao presente concurso está disponível na plataforma eletrónica ACINGOV no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) a partir da data da publicação do anúncio, decorrendo toda a tramitação procedimental na referida plataforma.

##### **ARTIGO 6.º – PREÇO BASE**

1. Os preços unitários bases mensais, por tipologia de equipamento de deteção de intrusão e alarme o presente procedimento, nos termos e para efeitos do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, são:
  - a. Equipamento tipo 1 – 110,00 EUR (Cento e dez euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor;

- b. Equipamento tipo 2 – 120,00 EUR (Cento e vinte euros) ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor;
  - c. Equipamento tipo 3 – 130,00 EUR (Cento e trinta euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
2. O montante máximo é de 315.000,00 EUR (trezentos e quinze mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, que o IGFSS se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
  3. Os preços referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, nomeadamente: os salários, as despesas de alojamento, deslocações e alimentação, comunicações, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, as rondas, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o cocontratante haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente caderno de encargos e do contrato.
  4. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto do contrato de locação a celebrar e que decorram da normal execução do mesmo, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.
  5. Serão excluídas as propostas em que o preço contratual seja superior ao preço base referido no número 1 da presente cláusula nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

#### **ARTIGO 7.º - PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. As propostas e os documentos que instruem a proposta de preço deverão ser enviados através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) até às 23:59h do 30.º dia contado a partir da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).
2. A data-limite fixada no número 1 do presente artigo pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa de concurso ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do concurso.
4. O prazo previsto para a apresentação de propostas não se suspende aos sábados, domingos ou feriados.

#### **ARTIGO 8.º - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos, bem como apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por si detetados, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, durante o primeiro terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior.
2. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até final deste prazo, não sejam expressamente aceites.

**ARTIGO 9.º - DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA**

1. Para apresentação da proposta é necessário preencher e gerar o Formulário Principal, bem como proceder à anexação dos seguintes documentos, todos assinados por representante que tenha poderes para obrigar o concorrente, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP:
  - 1.1. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível no sítio <https://espd.eop.bg/espd-web/> a ser preenchido por cada concorrente com as informações que lhe digam respeito;
  - 1.2. **Documento que contenha os atributos da proposta** de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, identificando designadamente:
    - 1.2.1. Declaração de proposta do concorrente, elaborada em conformidade com o modelo anexo (anexo I) ao presente programa:
      - 1.2.1.1. “Ficheiro de apresentação de Proposta”:
        - i. Preço unitário – mensalidade – por cada tipologia de equipamento, em euros sem inclusão de IVA;
        - ii. Preço unitário – dia – por cada tipologia de equipamento, em euros sem inclusão de IVA;
        - iii. Prazo de operacionalização em dias de calendários;
        - iv. Prazo de instalação e montagem de equipamento (em número de horas).
  - 1.3. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o IGFSS pretende que o concorrente se vincule:
    - 1.3.1. Prazo de manutenção da proposta;
    - 1.3.2. Condições de pagamento.
  - 1.4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis.
2. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em formato digital, cumprindo o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e ser inseridos nos respetivos campos da plataforma eletrónica. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: \*.dwg, \*.doc, \*.xls, \*.mpp ou \*.pdf.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a proposta, um documento indicando comprovadamente o poder de representação e a assinatura do assinante, em cumprimento do n.º 7 do mencionado artigo 54.º.
5. Em caso de discrepância entre preços apresentados no “ficheiro de apresentação de propostas” e quaisquer outros apresentados em documentos que acompanham a proposta, prevalecem os primeiros.
6. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data-limite para a sua entrega.

**ARTIGO 10.º - PROPOSTAS VARIANTES**

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

**ARTIGO 11.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação é feita, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade “Monofator” – **Preço unitário médio mensal**, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos.
2. Exclusivamente para efeitos de ordenação das propostas, em sede de avaliação das mesmas, para apurar o **preço unitário médio mensal (PM)** de cada proposta, o valor (PM) é apurado pela fórmula seguinte, com resultado apresentado em 2 (duas) casas decimais:

$$PM = ((\text{Punit. Eq. Tipo I} \times 30\%) + (\text{Punit. Eq. Tipo II} \times 60\%) + (\text{Punit. Eq. Tipo III} \times 10\%))$$

Onde:

*PM* – Preço unitário médio

*Punit. Eq. Tipo I* – Preço unitário Equipamento Tipo I

*Punit. Eq. Tipo II* – Preço unitário Equipamento Tipo II

*Punit. Eq. Tipo III* – Preço unitário Equipamento Tipo III

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
  - a. Critério 1: Preço unitário Equipamento Tipo II (menor preço);
  - b. Critério 2: Prazo de operacionalização em dias de calendários (menor prazo);
  - c. Critério 3: Preço unitário Equipamento Tipo I (menor preço).
  - d. Caso, ainda assim, se mantenha o empate deverá ser efetuado um sorteio de bola branca, realizado na presença dos concorrentes, em ato público, na sede o IGFSS, em data a comunicar, para a ordenação das propostas.
4. No seguimento do descrito no número anterior, o júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

**ARTIGO 5.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos que considere necessários sobre as propostas apresentadas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das propostas desde que não contrariem elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos.
3. Todos os concorrentes devem ser notificados dos esclarecimentos referidos nos números anteriores.

**ARTIGO 63.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após a notificação do relatório preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.

**ARTIGO 14.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO**

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base no relatório final elaborado pelo júri, decide sobre a aprovação de todas as propostas para efeitos de adjudicação.

2. A decisão de adjudicação acompanhada do relatório final de análise das propostas, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário para efeitos de aceitação nos termos do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 15.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 5 (cinco) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;
  - b. Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
  - c. Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante o mesmo;
  - d. Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
  - e. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva);
  - f. Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo;
  - g. Alvará de segurança privada, previsto na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.
2. O IGFSs concede ao adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 16.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta.
3. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação;
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será assinado pelos outorgantes com recurso a assinatura digital qualificada.

#### **ARTIGO 17.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que estiver omissa no convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

